

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
LETRAS – PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**CÉSAR ARNOSO FERREIRA**

**NUANCES DA CORREÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A ESCRITA ACADÊMICA**

**Bagé  
2024**

**CÉSAR ARNOSO FERREIRA**

**NUANCES DA CORREÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A ESCRITA ACADÊMICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Cristina  
Ferreira Teixeira

**Bagé  
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

F383n Ferreira, César Arnoso  
Nuances da correção: uma análise sobre a escrita acadêmica  
/ César Arnoso Ferreira.  
54 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA  
PORTUGUESA, 2024.

"Orientação: Isabel Cristina Ferreira Teixeira".

1. coesão. 2. coerência. 3. gramática normativa. 4. escrita  
acadêmica. 5. linguística textual. I. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Universidade Federal do Pampa

**CÉSAR ARNOSO FERREIRA**

**NUANCES DA CORREÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE ESCRITA ACADÊMICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras: Português e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 12 de julho de 2024.

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Isabel Cristina Ferreira Teixeira

Orientadora  
(UNIPAMPA)

---

Prof. Dr. Adriano de Souza

(UNIPAMPA)

---

Profa. Dra. Hélen Cristina da Silva

(UNIPAMPA)



Assinado eletronicamente por **ISABEL CRISTINA FERREIRA TEIXEIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/07/2024, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **HELEN CRISTINA DA SILVA, Coordenador(a) Acadêmico(a)**, em 16/07/2024, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ADRIANO DE SOUZA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 17/07/2024, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 1492117 e o código CRC 3222E520.

---

Referência: Processo nº 23100.012062/2024-17 SEI nº 1492117

Dedico este trabalho de conclusão de curso à minha família, fonte de inspiração inexaurível em todo meu tempo de formação. Pai, mãe e mana, muito obrigado!

Dedico, também, à minha falecida avó Lígia, cujo último sonho era ver a mim e a minha irmã formados. Infelizmente não pude concluir o curso enquanto ela estava em vida, mas sei que ela me aplaude de onde quer que esteja. Conseguimos, vó.

Ao Centro de Escrita da Unipampa (CEU) e, principalmente, à professora Isabel Cristina Ferreira Teixeira, por ser um pilar de sabedoria, uma amiga e um bastião para o desenvolvimento deste trabalho.

E, por fim, dedico ao futuro, aos degraus que ainda desejo subir e às conquistas que ainda estão por vir. Avante!

*"The struggle itself towards the heights is enough to fill a man's heart. One must imagine Sisyphus happy."*

Albert Camus

## RESUMO

O presente trabalho busca, com base na Linguística Textual, Gramática Normativa e Teoria da Enunciação, analisar, a partir das escolhas textuais materializadas nos enunciados dos trabalhos de conclusão de curso monográficos (TCCs), as adequações e inadequações observadas em cinco áreas distintas do conhecimento, quais sejam: Engenharia Agrônoma, Engenharia Elétrica, Administração, Jornalismo e Enfermagem, de forma a colaborar com o estudo sobre a escrita acadêmica. Para isso, fazemos uma análise que parte, basicamente, de dois critérios de textualidade: coesão e coerência, usando, predominantemente, Antunes (2009) que explica as relações textuais frequentemente vistas nos textos. A partir desses dois critérios, refletimos também sobre a gramática e sobre a enunciação. Destacamos, entre os principais achados do estudo, questões relativas à coesão, à intertextualidade, à locução e à enunciação, consideradas como características do gênero TCC monográfico.

Palavras-chave: coesão; coerência; gramática normativa; escrita acadêmica; linguística textual.

## **ABSTRACT**

The present work seeks, based on textual linguistics, normative grammar and theory of enunciation, to analyze, based on the textual choices materialized in the statements of monographic course conclusion works (TCCs), the adjustments and inadequacies observed in five distinct areas of knowledge, namely: Agricultural Engineering, Electrical Engineering, Administration, Journalism and Nursing, in order to collaborate with the study of academic writing. In this way, we will carry out an analysis that basically starts from two textuality criteria: cohesion and coherence, using, predominantly, Antunes (2009) who explains the textual relationships frequently seen in texts. Based on these two criteria, we also try to reflect on Grammar and Enunciation. We highlight, among the main findings of the study, issues related to cohesion, intertextuality, locution and enunciation, considered as characteristics of the monographic TCC genre.

Keywords: cohesion; coherence; normative grammar; academic writing; textual linguistics.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
3 METODOLOGIA.....	31
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53

## 1 INTRODUÇÃO

Ao entrarmos na universidade, trazemos certezas sobre algumas questões, e, ao decorrer do processo acadêmico, vamos entendendo e ampliando nossos horizontes, com a área das Línguas não seria diferente.

Há muitas pessoas que entram na universidade e trazem noções pré-concebidas sobre a área que pretendem estudar e adquirir conhecimento, para, no fim, formarem-se; no entanto, como dito, o processo de adquirir conhecimento é a grande chave da academia. Esse processo pode nos conduzir a caminhos que não tínhamos em mira. Eu, por vir de uma mãe professora e desde sempre ter contato com a metalinguística, adquiri, desde tenra idade, algumas manias de tentar taxar tudo que eu via na língua conforme a norma padrão do Português Brasileiro, pois estava em contato frequente com a prática. Estive em muitas aulas de português, visto que, algumas vezes, minha mãe não tinha com quem me deixar e eu ia às aulas com ela, portanto, quase que inconscientemente, as normas e as regrinhas que tanto estudamos criaram algumas raízes profundas no meu saber.

Quando criança, estudei em duas escolas e tinha tremenda dificuldade na área das exatas, algo que ainda me deixava mais próximo da área de humanas e de linguagens, entretanto, não era excelente aluno, pois amava conversar, algo que também pode ser bastante conectado à área em que pretendo atuar em um futuro próximo. Dona Elisabete, também conhecida por ser minha mãe, me cobrava algumas pronúncias e escritas mais regradas, ratificando as raízes supracitadas.

A máxima “santo de casa não faz milagre” quase tornou-se verdadeira, pois já como adolescente, não queria saber muito dos estudos, meu interesse pela conversa aumentou ainda mais e as notas despencaram, ainda assim, mesmo com as notas baixas, a nota de Língua Portuguesa era a mais alta. “Obrigado, mãe, por fazer com que eu, inconscientemente, me cobrasse mais em Português do que no restante”. Lembro-me de que só de entrar na sala de aula, os professores já me separavam do meu grupo de colegas para que não conversássemos. É óbvio que não resolvia. Fui envelhecendo, mas concluí o Ensino Médio, ainda que tenha tropeçado pelo caminho: fui reprovado no 1º ano desse nível. Chegou então a etapa do Exército Brasileiro, o pavor/sonho de um guri de dezoito anos que não fazia ideia do que pretendia fazer, mas tinha certeza de que queria servir, muito por influência do pai.

Com dezoito anos fui à caserna, éramos alguns números e sobrenomes, portanto, não havia necessariamente nenhum destaque em mim e tampouco em meus companheiros de quartel. Um dia, no entanto, lembro-me de um sargento escrever em um quadro branco, onde ficavam os avisos da bateria - nome esse dado a uma das divisões pessoais de militares - a abreviação de horas como “hrs”, eu, humildemente (e estupidamente), corriji-o. Bom, o desfecho não é impossível de imaginar... No entanto, ele admirou esse conhecimento e abreviou corretamente, “h” para horas (enquanto eu estava na 35ª flexão de braços). Vale dizer, também, que por incrível que pareça, a “arma” para a qual fui designado era comunicações, novamente envolvendo escrita e oratória.

Houve fortes indícios de que eu permaneceria no Exército, pois garantiram-me uma vaga para engajamento, no entanto, três dias antes da última baixa anual, dispensaram-me. Passado o tempo de quartel, via-me como militar pela forte sensação de pertencimento que a caserna gera naqueles que, antes, estavam praticamente sem rumo, além do mais, para muitos, o Exército é um primeiro emprego, e este era o meu caso.

Por ter essa vontade de seguir sendo militar, entrei em um curso preparatório para o concurso da Escola de Sargento das Armas. Posso, sem sombra de dúvidas, dizer que o curso preparatório foi onde eu realmente acabei o Ensino Médio, pois lá eu já estava mais maduro e realmente prestava atenção aos conteúdos. Aprendi nesses anos o que não aprendi em uma vida escolar, pois até então não sabia o que queria, além, é claro, de conversar com meus colegas. E com a Língua Portuguesa não foi diferente, pois lá reforcei o que já sabia e aprendi muitas outras coisas de que não fazia ideia, lá tive professores que me inspiraram, que foram e serão o reflexo de como pretendo dar aulas.

Foram quatro anos estudando para passar somente no último ano, e, ainda assim, não conseguir vaga devido à nota de corte. Desolado, comecei a pensar em qual seria o próximo passo em minha carreira, fiz uma busca pelo meu passado, olhei minhas notas do cursinho e sempre a mais alta era em Língua Portuguesa e redação. Além de mãe, tive avô e tios professores e, nesse momento, já não havia dúvidas sobre o que eu queria ser, pois vivi em salas de aula desde sempre, antes mesmo de entender o que acontecia ao meu redor, e a sala de aula era o lugar mais familiar depois da minha casa. Eu quero ser professor.

Nem tudo são rosas, pois quando entrei na universidade havia em mim uma noção de língua diferente da que os professores me apresentavam, e eu achava tudo muito banal, não fazia sentido, para mim, pensar de forma diferente, pois por estar em ligação com provas de concurso público, eu achava que apenas questões daquele nível e naquele tipo de cobrança faziam sentido, a Língua Portuguesa, paramim, girava em torno da regra, do sistema, da sintaxe. Eu me sentia sozinho no curso por pensar dessa forma, não havia ninguém que gostasse dessa metalinguagem, que quisesse decifrar os “mistérios” de uma oração subordinada, de denominar partículas e pôr tudo no seu devido lugar. No entanto, sei que não sou o único a passar por isso e pensar dessa forma, e, hoje reconheço, é tudo parte de um processo.

Busquei todos os módulos que tinham gramática envolvida, pois tenho essa sanha de compreender a língua nesses moldes, mas, ainda assim, reconheço, hoje, que a língua deve ser vista por um leque muito, mas muito mais amplo; que a língua é algo muito mais vasto e é impossível crer que tudo possa ser encaixado em uma só perspectiva.

Esse embate entre o estruturalismo, sociolinguística, linguísticas textuais ou enunciativas, dentre outras vertentes de estudo da língua, só me geraram bons frutos, porque aprendi que esta é muito mais complexa e não pode ser vista por apenas uma vertente. Aprendi, também, que não estava errado, e que muitos pensam e pensavam como eu, e que ao decorrer do tempo na universidade formam-se novas ideias e novos entendimentos são gerados. Não é errado “gostar do que se gosta”, basta que tenhamos a cabeça aberta e entendamos que tudo é mais do que parece ser.

Dentro do Centro de Escrita da Unipampa (CEU), me deparei com algo que sempre esteve em meu foco, a correção de textos. Corrigi, junto de vários colegas e professores, muitos textos acadêmicos e pude pôr em prática os conhecimentos prévios de Gramática Normativa que adquiri ao longo das minhas trajetórias. Com isso, obtive a noção de que a Gramática Normativa pode ajudar - e muito - a correção de textos, mas que ela não abraça o todo, apenas fragmentos. Pude, portanto, unir elementos da Linguística Textual para sanar dúvidas e poder ampliar a noção do que é uma correção textual. Saí, portanto, da frase e fui para o texto e para o gênero, como propõe Marcuschi (2008), adotando, ainda, uma perspectiva enunciativa.

Há, quando falamos em trabalhos acadêmicos, como o Trabalho de Conclusão de Curso<sup>1</sup>, uma noção de que eles devem seguir certo padrão de formalidade esperado por ser escrito na academia, principalmente quando falamos em monografias, visto que TCC pode se referir a uma ampla gama de gêneros que podem ser solicitados ao final de um curso superior, tais como, campanhas publicitárias, um vídeo, uma peça musical, um relatório, etc.

Mas este trabalho, levando em consideração a Gramática Normativa, a Linguística Textual e a perspectiva enunciativa, tem como objeto a análise da escrita acadêmica, mais precisamente de TCCs monográficos, analisando as adequações e inadequações<sup>2</sup> mais comuns nos revisados e, a partir disso, refletir sobre a correção de trabalhos dessa natureza, traçando um diagnóstico para que se possa formular, em aulas da universidade, alternativas para colaborar com a escrita (aprendizagem) dos alunos diante dos mais diversos trabalhos acadêmicos.

Antes de tudo, é necessário dizer que a correção varia de acordo com a categoria de texto que se está observando, portanto, não existe uma forma exclusiva de correção, mas várias, tudo a depender do gênero textual em questão. Portanto, quando alunos entram na universidade, é comum que tenham dificuldade tanto com a leitura quanto com a escrita de alguns gêneros textuais que são pouco vistos durante o Ensino Básico, postergando, assim, o conhecimento e a familiaridade desses gêneros, causando desconforto à escrita e até mesmo ao entendimento desses textos.

Para que a escrita desses gêneros fosse desmistificada, a análise das in/adequações foi um dos principais focos deste trabalho, trazendo possíveis soluções para que os alunos dos mais variados cursos possam usufruir destes estudos. Posto isso, dois critérios de textualidade estão em pauta, a coesão e a coerência, pois são critérios que dão conta das relações internas ao próprio texto e do modo como essas relações dialogam com seu contexto de produção. Junto desses critérios, a Gramática Normativa tem seu espaço, levando em consideração a norma padrão, visto que esta está mais ligada à forma como as monografias, enquanto trabalho de conclusão de curso, vêm sendo escritas e balizadas e, em conjunto,

---

<sup>1</sup> De agora em diante TCC.

<sup>2</sup> O estudo não terá seu foco apenas nas inadequações, mas também nas adequações que os trabalhos trazem.

a perspectiva enunciativa em que se englobam as esferas de circulação de um TCC.

Como tema, portanto, temos a escrita acadêmica do TCC monográfico dentro de alguns cursos de graduação e, como problema, pretendemos refletir sobre os fundamentos teóricos deste estudo, basicamente, a Gramática Normativa, a Linguística Textual e a Teoria da Enunciação como concepção de linguagem. Tendo esses aportes em vista, questionamo-nos sobre o papel dessas para a análise de in/adequações identificadas nesta investigação. Elas são suficientes? Há necessidade de mobilizar outras teorias durante o desenvolvimento da pesquisa? Questionamo-nos, também, sobre quais regularidades/irregularidades são comuns em trabalhos dessa natureza.

Temos a hipótese de que a Gramática Normativa remete à tradição do “certo e errado” na língua, o que colabora com a revisão; no entanto, não leva em conta fatores situacionais bem contemplados pela Linguística Textual, por isso uma é complementar à outra. Entendemos que a Teoria da Enunciação completa esse aporte porque, ao compreender a linguagem enquanto acontecimento, damos flexibilidade à norma e a adequamos às diferentes esferas de comunicação.

Justificamos o desenvolvimento deste estudo pela necessidade de superar lacunas trazidas da Educação Básica, ampliando o acesso à leitura e à escrita de gêneros textuais de diferentes esferas de comunicação, mas com destaque à escrita acadêmica. Outro aspecto que justifica o desenvolvimento desta pesquisa é, pela análise das in/adequações, a produção de um conhecimento sobre um gênero textual específico: o TCC monográfico. Com esse conhecimento, contribuimos com estudos dos colegas futuros, desmistificando a escrita e favorecendo a permanência do acadêmico na universidade.

Para o desenvolvimento deste estudo, elegemos como objetivo geral o de analisar a escrita acadêmica, materializada sob a forma do gênero textual citado. Como objetivos específicos, os de analisar coesão e coerência, alinhadas à norma, na escrita acadêmica; avaliar aspectos da escrita acadêmica enquanto gênero textual; contribuir para a formulação de alternativas para in/adequações que porventura sejam diagnosticadas e, também, contribuir com o desenvolvimento do conhecimento na área.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Quando falamos em trabalhos acadêmicos, vemos normalmente um padrão mais formal de Língua Portuguesa, uma regra balizada pela gramática normativa que define, supostamente, o certo e o errado na língua falada e escrita. A norma padrão da Língua Portuguesa ressalta aspectos que são encontrados, mais frequentemente, na Gramática Normativa. Lucchesi argumenta a respeito de norma a partir de dois conceitos:

O termo NORMA comporta, como já foi enfatizado pela literatura existente, dois conceitos distintos (cf., por exemplo, Alain Rey, 1972). A língua expressa essa polarização através de duas derivações possíveis do substantivo NORMA, que resultam nos adjetivos NORMAL e NORMATIVO. Por NORMAL se entende o que é habitual, costumeiro, tradicional dentro de uma comunidade, já o adjetivo NORMATIVO remete a um sistema ideal de valores que, não raro, é imposto dentro de uma comunidade (LUCCHESI, 2004, p. 64)

O presente estudo se situa nesse embate entre o normal, relativo ao uso, ao funcionamento do gênero; e o normativo que se relaciona às regras, ao que é visto como ideal na língua. Para começar essa distinção entre normal e normativo, amparamo-nos na tradição da gramática. Também ela pode ser múltipla. Para esclarecer melhor essa questão, trazemos Travaglia (2001) que definirá os tipos mais usuais de gramática. O linguista lista uma série delas, mas, nos limites deste estudo, destacamos, adotando procedimento semelhante ao de Teixeira (2011), quatro delas: a Gramática de Uso, a Gramática Reflexiva, a Gramática Teórica e a Gramática Normativa.

Tendo em vista os diferentes tipos de gramática, faz-se necessário saber seus objetos de análise e seus diferentes usos e alternativas. Teixeira (2011), recuperando ideias de Travaglia (2001), argumenta que em uma gramática de uso:

[...] o aluno é levado a utilizar recursos e regras da língua nas diferentes atividades linguísticas, inclusive a culta. São realizadas atividades de produção e de compreensão textual, exercícios estruturais (ex: transformação da voz ativa para passiva, substituição de nomes por pronomes, junção de frases através de elementos conectivo, ampliação de frases, etc.), de vocabulário (ex: processos de formação de palavras, campos semânticos, sinônimos, antônimos, homônimos, hiperônimos, hipônimos etc.), de variedades linguísticas (TEIXEIRA, 2011, p. 166).

A Gramática Reflexiva, por sua vez, trata do funcionamento da língua, usando, para isso, as atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas, focando mais na reflexão e observação da língua com base nas suas evidências. Conforme Travaglia:

É a gramática em explicitação. Esse conceito se refere mais ao processo do que aos resultados: representa as atividades de observação e reflexão sobre a língua que buscam detectar, levantar suas unidades, regras e princípios, ou seja, a constituição e funcionamento da língua. Parte, pois, das evidências linguísticas para tentar dizer como é a gramática implícita do falante, que é a gramática da língua (TRAVAGLIA, 2001, p. 33).

As atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas são basilares para o estudo da Gramática Reflexiva, pois norteiam o estudo desta. Travaglia explica essas três atividades, começando pela atividade linguística:

As atividades linguísticas são aquelas que o usuário da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor) faz ao buscar estabelecer uma interação comunicativa por meio da língua e que lhe permite ir construindo o seutexto de modo adequado à situação, aos seus objetivos comunicacionais, ao desenvolvimento do tópico discursivo, que alguns chamam de assunto ou tema. [...] Neste caso, o falante faz uma reflexão sobre a língua que se diria automática, porque ele seleciona recursos linguísticos e os arranja em um trabalho de construção textual em que lança mão dos mecanismos linguísticos que domina sem um trabalho de explicitação dos mesmos. (TRAVAGLIA, 2001, p. 33 - 34).

A atividade epilinguística pode ser pensada como um conhecimento geral, inconsciente e irrefletido sobre a língua, que está presente em lapsos, hesitações, correções e, mesmo, nas interações entre interlocutores. Travaglia ensina que:

A atividade epilinguística pode ser ou não consciente. Se pensamos que inconsciente se relaciona com a gramática de uso, ser consciente parece se aproximar mais da gramática reflexiva, todavia, de qualquer forma há uma reflexão sobre os elementos da língua e de seu uso relacionada ao processo de interação comunicativa (TRAVAGLIA, 2001, p. 34).

A metalinguística tem por objeto analisar a língua através da própria língua, da sua descrição, sendo, portanto, um fator também determinante para a análise da Gramática Reflexiva. Travaglia traz o seguinte conceito sobre a atividade metalinguística:

As atividades metalinguísticas são aquelas em que se usa a língua para analisar a própria língua, construindo então o que se chama de metalinguagem, isto é, um conjunto de elementos linguísticos próprios e apropriados para se falar sobre a língua. Nesse caso, a língua se torna o

conteúdo, o assunto, o tema, o tópico discursivo da situação de interação (TRAVAGLIA, 2001, p. 35).

A gramática teórica busca, com o uso da metalinguística, explicitar a estrutura, constituição e funcionamento da língua, isto posto, cabe dizer que toda Gramática Normativa e Descritiva são Gramáticas Explícitas ou Teóricas, como Travaglia aponta:

A gramática explícita ou teórica é representada por todos os estudos linguísticos que buscam, por meio de uma atividade metalinguística sobre a língua, explicitar sua estrutura, constituição e funcionamento. Assim todas as gramáticas normativas e descritivas são gramáticas explícitas ou teóricas, podendo ser entendidas como uma explicitação do mecanismo dominado pelo falante que lhe possibilita usar a língua e que seria representado basicamente pelo conjunto das unidades linguísticas de todos os níveis e tipos e as regras e princípios, para sua constituição e/ou utilização (TRAVAGLIA, 2001, p. 33).

Por último, entendemos que a Gramática Normativa é a do “certo e errado” na língua, que apresenta a norma padrão e que tende a desconsiderar o uso ou as variedades da Língua Portuguesa. Essa gramática faz uso de apenas uma variedade da língua, considerando-a como a única forma correta de falar e escrever. Ou melhor, conforme ensina Travaglia, para essa gramática a ênfase recai sobre a escrita. Segundo ele:

A gramática normativa, que é aquela que estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta de uma língua, norma essa que se tornou oficial. Baseia-se, em geral, mais nos fatos da língua escrita e dá pouca importância à variedade oral da norma culta, que é vista, conscientemente ou não, como idêntica à escrita. Ao lado da descrição da norma ou variedade culta da língua, (análise de estruturas, uma classificação de formas morfológicas e léxicas), a gramática normativa apresenta e dita normas de bem falar e bem escrever, normas para a correta utilização oral e escrita do idioma, prescreve o que se deve e o que não se deve usar na língua. Essa gramática considera apenas uma variedade da língua como válida, como sendo a língua verdadeira (TRAVAGLIA, 2001, p. 30 - 31).

Pela observação, entendemos que a maior parte das Gramáticas Normativas do Brasil vão até a parte de sintaxe ou estilística, passando pela fonologia ou fonética e pela morfologia. Mas, para que consigamos tratar da escrita acadêmica, precisamos ultrapassar a frase, a oração, o período. Precisamos chegar ao texto e, para isso, recorreremos a elementos da Linguística Textual e a algumas noções basilares de gêneros textuais que atendam à escrita, levando em conta aspectos de sua situação de produção.

A distinção entre texto e discurso pode ser significativa para a compreensão do contexto da escrita acadêmica, pois, com esse conhecimento, podemos entender o gênero a que a escrita acadêmica pertence e os ambientes em que ela circula. Marcuschi distingue texto e discurso da seguinte forma:

A tendência é ver o texto no plano das formas linguísticas e de sua organização, ao passo que o discurso seria o plano do funcionamento enunciativo, o plano da enunciação e efeitos de sentido na sua circulação sociointerativa e discursiva envolvendo outros aspectos. Texto e discurso não distinguem fala e escrita como querem alguns nem distinguem de maneira dicotômica duas abordagens. São muito mais duas maneiras complementares de focar a produção linguística em funcionamento (MARCUSCHI, 2008, p. 58).

Ainda que sejam conceitos distintos, texto e discurso caminham juntos, pois relacionam-se e são complementares para a atividade enunciativa. Coutinho, citado por Marcuschi, ensina que:

Trata-se de “reiterar a articulação entre o plano discursivo e textual”, considerando o *discurso* como o “*objeto de dizer*” e o *texto* como “*objeto de figura*”. O discurso dar-se-ia no plano do dizer (a enunciação) e o texto no plano da esquematização (a configuração). Entre ambos, o *gênero* é aquele que condiciona a atividade enunciativa (MARCUSCHI, 2008, p. 81 - 82).

Os textos são, então, “produções linguísticas atestadas que realizam uma função comunicativa e se inserem numa prática social” (Coutinho *apud* Marcuschi, 2008, p. 82). Com esses apontamentos, é razoável que busquemos a noção de gênero textual, pois a escrita acadêmica gira em torno de uma situação comunicativa específica - a da universidade – em que o conhecimento produzido anteriormente serve de base, de fundamento para as escritas posteriores. Gêneros textuais são, segundo Marcuschi:

Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas (MARCUSCHI, 2008, p.155).

Vieira e Faraco (2019) também destacam a importância do contexto situacional do texto, pois a escrita acadêmica possui um nível de formalidade que é esperado na esfera em que ela circula, é possível dizer, então, que há um perfil específico de

registro de linguagem, de autor e de leitor, e que certo nível de formalidade e distanciamento é comumente visto nesse tipo de escrita, a saber:

O segundo fator intimamente relacionado à variação na escrita é o grau de *formalidade* do texto, também chamado de *registro* ou *estilo*. Na verdade, esse fator é parte constitutiva do gênero textual: todo gênero costuma ter seu registro apropriado, que pode variar num continuum que vai do menos formal ao mais formal (VIEIRA; FARACO, 2019, p. 80).

Os autores ressaltam, também, que:

A depender do contexto situacional (a esfera social em que o texto circula, o veículo em que ele é publicado, o perfil do seu leitor concreto ou presumido, um maior ou menor distanciamento no âmbito pessoal entre os interlocutores etc.) um gênero supostamente prototípico de um registro pode transladar para registros vizinhos do *continuum*. Por exemplo, um relatório da esfera jurídica tenderá ao registro ultraformal (diferentemente de um relatório acadêmico), ao passo que uma mensagem de texto ao seu orientador de TCC não precisa ser necessariamente informal, como normalmente seria se o destinatário da mensagem fosse seu namorado ou namorada (VIEIRA; FARACO, 2019, p. 81).

A compreensão de que a Linguística Textual unida com a Gramática Normativa dará conta de aspectos estruturais e contextuais dos trabalhos acadêmicos norteia o estudo das escritas que foram observadas neste estudo. Tendo em vista que a gramática normativa trata, comumente, da frase, dando foco a fragmentos e não ao todo, é útil para que, em determinados momentos, possamos subtrair parcelas do texto e, com isso, fazer uma análise do fragmento em questão, no entanto, para que o texto funcione como tal, a Linguística Textual presta apoio e, assim, podemos ver o uso das frases e seus sentidos enquanto texto. Dentre os diversos critérios de que a Linguística Textual faz uso, ressaltamos dois que, *a priori*, fazem mais sentido à correção que pretendemos, são elas a coesão e a coerência. É importante frisar que a correção da escrita depende diretamente do gênero textual, pois a correção e a escrita variam conforme este. Como explica Marcuschi:

Tal como lembram Bergmann e Luckmann (1995: 297), um dos traços frequentes nos gêneros é “um estoque comum de conhecimentos diários sobre normatividade e reputação social da atividade comunicativa prescritos e moldados pelos gêneros”. Isto faz com que tenhamos uma noção clara do que convém ou não convém em determinados momentos. Nesse sentido, os gêneros estão muitas vezes “imbuídos de valores” e “são muito mais do que guias neutros para a realização de certas atividades comunicativas” (MARCUSCHI, 2008, p. 190).

Os critérios que costumam integrar a Linguística Textual são os que se seguem: coesão, coerência, informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade, porém, destacamos, inicialmente, dois deles. Tratamos da coesão e da coerência para a escrita e a reescrita acadêmica, porque entendemos que esses são os mais relacionados aos objetivos deste estudo que observa in/adequações dos TCCs. Coesão, conforme Faraco e Vieira (2019), são os “fios do texto” que precisam ficar unidos e, nessa direção, os autores argumentam que:

Amarrar esses fios, isto é, atravessá-los na composição do tecido e atá-los uns aos outros, requer a competência de operar com certos procedimentos e recursos fundamentais à escrita formal - nosso “tecido” em foco. Esse conjunto de procedimentos e recursos costuma ser denominado pelos estudiosos do texto de “coesão textual” (VIEIRA; FARACO, 2019, p. 113).

Antunes (2009) também reforça, como Vieira e Faraco (2019), o conceito de “amarrar fios”, ou seja, articular o texto e deixá-lo fluido. Conforme Antunes (2009, p. 48), “Daí que a função da coesão é exatamente a de promover a continuidade do texto, a sequência interligada de suas partes, para que não se perca o fio de unidade que garante a sua interpretabilidade”.

Um dos fatores decisivos na escrita, tanto em gêneros textuais que circulam na academia quanto para os gêneros que circulam fora dela, é a questão “O que se escreve e para quem se escreve?”, pois sempre que há uma escrita, há um suposto leitor imaginário, portanto, a escrita é uma conversa, um diálogo com quem não está presente, mas que se imagina presente. Assim sendo, conforme as reflexões que vimos fazendo, o leitor imaginário é, normalmente, alguém presente na esfera acadêmica que, por costume, espera certo cuidado com a norma padrão da língua e estranha caso a escrita fuja desta variedade sem nenhuma explicação prévia.

Escrever envolve ler e reescrever, seguindo, para a fruição, um norte comum daquele que escreve com aquele que lerá; é necessário, portanto, ligar partes (coesão) e fazer com que o texto flua sem sobressaltos. Vieira e Faraco (2019) trazem uma explicação clara de como um texto, normalmente, deve ser construído:

Quando escrevemos um texto, assumimos, de fato, duas funções simultâneas: temos de ser autor e, ao mesmo tempo, leitor. Ou seja, vamos

construindo o texto e, ao mesmo tempo, vamos nos pondo na posição do leitor e avaliando o que estamos escrevendo (VIEIRA; FARACO, 2019, p. 22).

Estes autores ainda explicam que o texto deve ser programado, ou seja, pensado, para que não perca sua continuidade e possa seguir fazendo sentido, unindo suas peças e mantendo o leitor atento. Segundo Vieira e Faraco:

O texto escrito, porém, é programado. E tem de ser programado, porque o leitor se confunde e se chateia com facilidade se o texto começa a se dispersar, a perder o foco e o rumo. A escrita e a leitura exigem uma boa dose de concentração temática. Esta é uma diferença importante entre a conversa face a face e a escrita (VIEIRA; FARACO, 2019, p. 25).

Antunes (2009) nos ensina que há várias formas de se fazer a coesão e tornar o entendimento desse critério um pouco menos subjetivo e, assim, deixa-o mais objetivo. A autora separa a coesão em três campos significativos, apontando para elementos desses três campos e fazendo subdivisões deles. A saber: reiteração, associação e conexão. A reiteração será responsável pela retomada de elementos previamente citados no corpo do texto. Antunes ressalta:

A reiteração é a relação pela qual os elementos do texto vão de algum modo sendo *retomados*, criando-se um movimento constante de volta aos segmentos *prévios* – o que assegura ao texto a necessária continuidade de seu fluxo, de seu percurso –, como se um fio o perpassasse do início ao fim (ANTUNES, 2009, p. 52).

Dentro da reiteração, haverá a repetição, que se materializa nos textos sob a forma de paráfrase, paralelismo e a repetição propriamente dita (lexical ou gramatical); e haverá também a substituição, que pode ser substituição gramatical (retomada por pronomes e advérbios), substituição lexical (retomada por sinônimos, hiperônimos e caracterizadores situacionais) e a elipse (retomada por elipse).

A coesão pela associação, por sua vez, é feita por palavras de um mesmo campo semântico, dando-se uma noção de escala de sinônimos. Antunes explica que:

A associação é o tipo de relação que se cria no texto graças à ligação de sentido entre as diversas palavras presentes. Palavras de um mesmo campo semântico ou campos semânticos afins sinalizam esse tipo de relação. Por ela é que, mais amplamente, nenhuma palavra fica solta no texto. Existe sempre, por mais tênue que seja, alguma ligação semântica entre as palavras de um texto (ANTUNES, 2009, p. 53 - 54).

Na coesão por associação, estará a seleção lexical, responsável pela escolha de palavras semanticamente próximas (antônimos e diferentes modos de relações de parte/todo).

E, por último, a relação de coesão feita pela conexão, que busca, mais comumente, fazer a sequencialização de diferentes porções do texto anteriormente escritas. Antunes explica que:

De certa forma, todo recurso coesivo promove a sequencialização do texto, por isso mesmo é que ele é *coesivo*. Entretanto, a conexão se diferencia dos demais por envolver um tipo específico de ligação: aquela efetuada em pontos bem determinados do texto (entre orações e períodos, sobretudo) e sob determinações sintáticas mais rígidas. Por exemplo, enquanto o nexo por repetição pode formar-se por palavras que estão em quaisquer pontos do texto – como no primeiro e no último parágrafo – e fora de qualquer limite sintático, a conexão só acontece em determinados pontos e na dependência de certas condições sintáticas (ANTUNES, 2009, p. 140).

Antunes (2009), explica também que a conexão pode ser feita entre períodos, parágrafos, orações e outras frações do texto:

A *conexão*, no esquema aqui apresentado, corresponde ao tipo de relação semântica que acontece especificamente *entre as orações* e, por vezes, entre períodos, parágrafos ou blocos supraparagráficos. realiza-se por meio de unidades da língua que preenchem essa função – mais especificamente, *as conjunções, as preposições e respectivas locuções* – ou por meio de expressões de valor circunstancial, inseridas na sequência do texto. Umas e outras constituem o que tradicionalmente se tem chamado de *conectores* (ANTUNES, 2009, p. 54 - 55).

A coesão por conexão terá, por base, o estabelecimento de relações sintático-semânticas entre termos, orações, períodos, parágrafos e blocos supraparagráficos, para isso, fará uso de diferentes conectores (preposições, conjunções, advérbios e respectivas locuções).

A coesão é responsável pela união dos fios do texto, podendo ser analisada e balizada de diversas formas diferentes; complementar a ela está a coerência, responsável pela unidade de sentido/intenção do mesmo texto. É possível dizer que uma escrita acadêmica – nos moldes de uma dissertação – produz sentidos relativos a um tema a partir de um referencial teórico específico, de sua funcionalidade, de suas intenções, das possibilidades de interação verbal. Coesão e coerência estão relacionadas. Antunes ensina que:

A coerência não é, portanto, uma propriedade estritamente linguística nem se prende, apenas, às determinações meramente gramaticais da língua. Ela supõe tais determinações linguísticas; mas as ultrapassa. E, então, o limite é a funcionalidade do que é dito, os efeitos pretendidos, em função dos quais escolhemos esse ou aquele jeito de dizer as coisas (ANTUNES, 2009, p. 176).

Antunes (2009) ainda explica que não se pode avaliar a coerência sem se levar em conta a forma como as palavras aparecem, segundo Antunes:

Em síntese: a coerência é uma propriedade que tem a ver com as possibilidades de o texto funcionar como uma *peça comunicativa*, como um meio de interação verbal. Por isso, ela é, em primeira mão, linguística. Não se pode avaliar a coerência de um texto sem se ter em conta a forma como as palavras aparecem, ou a ordem de aparição dos segmentos que o constituem. O texto supõe uma forma material, e essa forma material supõe uma organização padronizada, definida (ANTUNES, 2009, p. 176).

Faz-se necessário dizer, novamente, que o contexto é uma das partes mais significativas quando falamos em coerência, retomamos, portanto, a questão do “o que se escreve e para quem se escreve”, cabe dizer, também, que não existe uma única forma de coerência, visto que a coerência é determinada pelo contexto.

A coesão e a coerência trabalham juntas, pois são interligadas à medida em que fazem um texto funcionar dentro da esfera a que pertencem. Antunes confirma essa ideia:

Existe, assim, uma cadeia facilmente reconhecível entre *continuidade*, *unidade* e *coerência*. De maneira que é artificial tentar separar coesão e coerência, assim como é artificial separar forma de conteúdo, ou sintaxe de semântica, por exemplo. O máximo que se pode dizer é que a coesão está em função da coerência, no sentido de que as palavras, os períodos, os parágrafos, tudo, qualquer segmento se interliga no texto para que ele faça sentido, para que ele se torne interpretável (ANTUNES, 2009, p. 177).

Marcuschi (2008) ainda nos traz uma ideia, vinda de Charolles, segundo a qual a coerência é uma atividade, em grande parte, realizada pelo leitor. Segundo Marcuschi:

Seguramente, a coerência é em boa parte uma atividade realizada pelo receptor de um texto que atua sobre a proposta do autor. E, nesse afã, o receptor segue as pistas (deixadas pelo autor nas operações de coesão textual) como primeiros indicadores interpretativos. De todo modo, a coerência é uma atividade interpretativa e não uma propriedade imanente ao texto. Liga-se, pois a atividades cognitivas e não ao código apenas (MARCUSCHI, 2008, p. 121).

A coerência, assim como a coesão, funciona como um elo para o encadeamento de um texto, podendo ocorrer de várias maneiras diferentes. É um meio de interpretação de um texto em suas entrelinhas, como ler o que não necessariamente foi dito, mas está subentendido no segmento do texto. Ensina Marcuschi: “Na verdade, sabemos muitas coisas que não são ditas, mas que usamos na hora de interpretar um texto” (MARCUSCHI, 2008, p 119).

Entretanto, em um trabalho acadêmico nos moldes de um TCC, principalmente em monografias, é comum vermos as informações de modo mais explícito, parece haver uma intenção de objetividade, não havendo tanto espaço para uma interpretação subjetiva; a coerência, além de relacionar o linguístico com o extralinguístico, relaciona-se com continuidade, com a segmentação do texto e, por isso mesmo, com a coesão. Mas não há como definir coerência sem levar em conta o contexto de escrita, visto que um gênero textual como a crônica, por exemplo, terá uma forma de coerência diferente de um artigo acadêmico. Marcuschi realça esse funcionamento da coerência:

Assim, a coerência não é uma propriedade empírica do texto em si (não se pode apontar a coerência), mas ela é um trabalho do leitor sobre as possibilidades interpretativas do texto. É claro que o texto deve permitir acesso à coerência, pois, do contrário, não haveria possibilidade de entendimento (MARCUSCHI, 2008, p. 122).

Há a possibilidade de dizer que o leitor de um TCC, como dito anteriormente, espera um padrão de escrita que pode ser bastante subjetivo, mas ainda assim, há uma baliza frequente nesse gênero acadêmico, submetendo-o a um contexto de leitura que causará estranhamento caso fuja do padrão esperado. Marcuschi endossa essa ideia ao afirmar que:

O sujeito-leitor está submetido a uma série de condicionamentos e não tem consciência de todos eles. Assim, a coerência é também fruto de domínios discursivos dos quais precede o texto em questão. Seria equivocado analisar apenas o texto em si mesmo e na sua imanência para tratar da coerência (MARCUSCHI, 2008, p. 122).

A coerência, segundo Costa Val (2012), é responsável pelo sentido do texto, envolvendo a partilha do conhecimento daquele que escreve para aquele que lerá, portanto, a possibilidade de interpretação de um texto é fundamental para que este último seja coerente, conforme Costa Val:

Um discurso é aceito como coerente quando apresenta uma configuração conceitual compatível com o conhecimento de mundo do receptor. Essa questão é fundamental. O texto não significa exclusivamente por si mesmo. Seu sentido é construído não só pelo produtor como também pelo receptor, que precisa deter os conhecimentos necessários à sua interpretação. O produtor do discurso não ignora essa participação do interlocutor e conta com ela. É fácil verificar que grande parte dos conhecimentos necessários à compreensão dos textos não vêm explícita, mas fica dependente da capacidade de pressuposição e inferência do receptor (COSTA VAL, 2012, p. 5 - 6).

Costa Val também conceitua o critério de coesão como a “manifestação linguística da coerência”, a autora explica:

A coesão é a manifestação linguística da coerência; advém da maneira como os conceitos e relações subjacentes são expressos na superfície textual. Responsável pela unidade formal do texto, constrói-se através de mecanismos gramaticais e lexicais (COSTA VAL, 2012, p. 6).

Como dito anteriormente, a coesão e a coerência funcionam juntas em um texto, relacionando-se a todo tempo. A coesão é uma das responsáveis pela coerência, pois faz o texto funcionar em sua esfera de atividade, seja ela qual for. Costa Val (2012) traz a compreensão de como, juntas, funcionam a coesão e a coerência:

A coerência e a coesão têm em comum a característica de promover a inter-relação semântica entre os elementos do discurso, respondendo pelo que se pode chamar de *conectividade textual*. A coerência diz respeito ao nexos entre os conceitos e a coesão, à expressão desse nexos no plano linguístico. É importante registrar que o nexos é indispensável para que uma sequência de frases possa ser reconhecida pelo texto. Entretanto, esse nexos nem sempre precisa estar explícito na superfície do texto por um mecanismo de coesão gramatical (COSTA VAL, 2012, p. 7).

Costa Val (2012) ressalta que a coerência pode ser feita sem elementos coesivos sintáticos, mas em um nível semântico-cognitivo. Entretanto, a autora também explica que os mecanismos de coesão fazem diferença na continuidade de um texto. Conforme Costa Val:

Entretanto, é inegável a utilidade dos mecanismos de coesão como fatores da eficiência do discurso. Além de tornar a superfície textual estável e econômica, na medida em que fornecem possibilidades variadas de se promover a continuidade e a progressão do texto, também permitem a

explicitação de relações que, implícitas, poderiam ser de difícil interpretação, sobretudo na escrita (COSTA VAL, 2012, p. 8 - 9).

A autora também relembra que o contexto é sempre um fator importante para o texto, pois este pode fazer mais sentido, por vezes, sendo menos coeso, tudo a depender do contexto em que está inserido, nas palavras de Costa Val:

O contexto pode, realmente, definir o sentido do discurso e, normalmente, orienta tanto a produção quanto a recepção. Em determinadas circunstâncias, um texto menos coeso e aparentemente menos claro pode funcionar melhor, ser mais adequado do que outro de configuração mais completa. Servem de exemplo as inscrições lacônicas das placas de trânsito, mais apropriadas à situação específica em que são usadas do que um longo texto explicativo ou persuasivo que os motoristas sequer tivessem tempo de ler (COSTA VAL, 2012, p. 12 - 13).

Os autores vistos até aqui, quando falam em coesão e coerência, argumentam que o fator preponderante para a análise desses critérios de textualidade é o contexto em que o texto está inserido.

Assumindo-se um saber do receptor a quem a escrita está sendo dirigida, alguns conceitos podem ser omitidos ou descartados, pois já estarão incutidos no saber do interlocutor, o que pode deixar o texto mais objetivo à medida em que não são necessárias tantas pausas para explicações. Costa Val elucida:

Em primeiro lugar, é importante para o produtor saber com que conhecimentos do receptor ele pode contar e que, portanto, não precisa explicitar no seu discurso. Esses conhecimentos podem advir do contexto imediato ou podem preexistir ao ato comunicativo (COSTA VAL, 2012, p. 13).

Assim como Vieira e Faraco (2019) apontam para o interesse do leitor em um texto, Costa Val (2012) também o faz, pois a atenção do receptor dá vida a este último, mantendo o interlocutor conectado por esse “fio” da coesão/coerência, Conforme Costa Val:

O interesse do receptor pelo texto vai depender do grau de *informatividade* de que o último é portador. Esse é mais um fator de textualidade apontado por Beaugrande e Dressler (1983) e diz respeito à medida na qual as ocorrências de um texto são esperadas ou não, conhecidas ou não, no plano conceitual e no formal. Ocorre que um discurso menos previsível é mais informativo, porque sua recepção, embora mais trabalhosa, resulta mais interessante, mais envolvente. Entretanto, se o texto se mostrar inteiramente inusitado, tenderá a ser rejeitado pelo receptor, que não conseguirá processá-lo. Assim, o ideal é o texto se manter num nível mediano de informatividade, no qual se alternam ocorrências de processamento imediato, que falam do conhecido, com ocorrências de processamento mais trabalhoso, que trazem a novidade (COSTA VAL, 2012, p.14).

Cabe apontar, portanto, que um bom texto é aquele que busca uma estratégia de prender o leitor por meio da coesão e da coerência, apresentando e explicando o novo, mas permanecendo dentro do campo de entendimento do interlocutor, sendo não demasiadamente informativo, mas informando e explicando caso haja necessidade. Nesse contexto, a estratégia é informar quando algo citado foge da esfera onde o fragmento escrito circula. Um texto jurídico, por exemplo, pode apresentar inúmeros fragmentos que, para um leitor comum e pouco acostumado à esfera jurídica, podem ser maçantes ou incompreensíveis e podem, assim, afastar o leitor daquele texto, haja vista que este leitor não faz parte daquela esfera e não está acostumado ao contexto em que esse texto circula. O mesmo pode ser dito de um texto escrito na esfera da Medicina, da Tecnologia da Informação, da Filosofia e de outras áreas do conhecimento. Posto isso, um texto que circula em uma esfera mais abrangente, deve ter menos termos que possam fugir ao entendimento de um leitor comum e, quando citados – por necessidade – deverão ser explicados para favorecer a continuidade da produção de sentido. Análogo ao citado, poder-se-á dizer que um médico escreverá um laudo para um paciente de uma forma, e para um paciente colega de profissão, de outra.

As relações entre o linguístico e o extralinguístico; entre autor, leitor e texto; entre texto e circulação em esferas distintas de comunicação; apontam para o funcionamento do gênero enquanto uma prática, um acontecimento de linguagem. Tais práticas de linguagem são ações, ou melhor, enunciações, acontecimentos. Marcuschi (2008) ensina que a enunciação humana é sempre um ato social. Bakhtin (2006) endossa o argumento nessa direção:

A enunciação enquanto tal é puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística (BAKHTIN, 2006, p. 124).

É possível dizer, então, que mesmo que o TCC seja uma escrita monográfica que circule, normalmente, dentro da academia, ela é feita para um leitor, nas palavras de Veira e Faraco (2019), concreto ou presumido.

Recuperando as palavras de Bakhtin (2006, p. 127) “A língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes*”.

Assumindo que o TCC, nos padrões de monografia, comporte um padrão formal mais concreto, ou seja, menos maleável, ainda pode sofrer mutações dentro de sua esfera de circulação e há a possibilidade de tornar-se mais maleável com o passar do tempo e com as alterações dinâmicas da academia.

Bakhtin (2006) nos traz a ideia de “repertórios de formas de discurso”, sendo estes os meios dos falantes produzirem seus enunciados de acordo com o meio em que estão inseridos. Nas palavras do autor:

Cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de temas. Entre as formas de comunicação (por exemplo, relações entre colaboradores num contexto puramente técnico), a forma de enunciação (“respostas curtas” na “linguagem de negócios”) e enfim o tema, existe uma unidade orgânica que nada poderia destruir (BAKHTIN, 2006, p. 43)

O teórico reforça, portanto, não só as formas do discurso e seus temas, mas também a ideia de que todo o discurso é enunciação. Podemos dizer também que os enunciados circulam em diferentes esferas de comunicação, assumindo padrões estéticos pré-determinados por esta. A mutabilidade das normas de escrita também é um fator endossado por Bakhtin (2006), visto que a língua tende a transformar-se continuamente. O autor nos traz o seguinte exemplo:

Podemos admitir que no momento em que César escrevia suas obras, a língua latina constituía para ele um sistema imutável e incontestável de normas fixas; mas, para o historiador da língua latina, naquele mesmo momento em que César escrevia, produzia-se um processo contínuo de transformação linguística – mesmo se o historiador não for capaz de registrar essas transformações (BAKHTIN, 2006, p. 92).

Entende-se, conforme Bakhtin (2006), que o locutor utiliza as normas vigentes, bem como a língua, como um instrumento de comunicação para que este possa passar sua ideia ao interlocutor. O teórico explica que:

Na realidade, o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas (para o locutor, a construção da língua está orientada no sentido da enunciação da fala). Trata-se, para ele, de utilizaras formas normativas (admitamos, por enquanto, a legitimidade destas) num dado contexto concreto. Para ele, o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto (BAKHTIN, 2006, p. 93).

Ainda que menos volátil, é importante salientar que a esfera acadêmica possui, também, essa característica, pois todo texto é escrito para que um interlocutor o leia, e, sendo assim, o interlocutor inserido dentro da esfera acadêmica espera – *a priori* – que o texto, principalmente o trabalho de conclusão de curso, contenha certa formalidade em sua escrita, visto que o contexto de um TCC monográfico, por ser acadêmico, possui esta formalidade.

Em síntese, entendemos a linguagem enquanto interação, acontecimento, enunciação, e temos na Linguística Textual e na Gramática Normativa a fundamentação teórica para a análise dos TCCs selecionados. Buscamos, com essas referências, compreender a escrita acadêmica e analisar as in/adequações que esse gênero textual produz.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo está pautado em uma abordagem qualitativa de pesquisa, pois busca analisar as in/adequações mais frequentes no gênero textual TCC monográfico de forma a colaborar com o desenvolvimento do conhecimento sobre a questão; também para encontrar alternativas viáveis para que docentes e discentes possam usufruir deste trabalho. Por abordagem qualitativa de pesquisa, inicialmente, cita-se Paiva (2007, p. 9), para quem a pesquisa qualitativa é aquela que acontece no mundo com o propósito de compreender, descrever e, algumas vezes, explicar fenômenos sociais, a partir de seu interior, de diferentes formas. Pode-se dizer também que, ao mobilizar a pesquisa qualitativa, os pesquisadores buscam, como apontam Gerhardt e Silveira:

[...] explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (susitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Considera-se, então, que o estudo qualitativo, diferentemente do quantitativo, não se volta a um levantamento total de dados, mas à seleção de dados significativos para o estudo. O estudo qualitativo parte do pressuposto de que a subjetividade integra a pesquisa. Por isso, o pesquisador, durante a leitura pode voltar-se para o estranhamento, o diferente, ou, ao contrário, para a estrutura recorrente. Daí as in/adequações. A análise de ambas permite avaliar aspectos que podem ser melhorados e outros que o TCC apresenta de modo adequado. O termo in/adequação nos remete a Guimarães (2011)<sup>3</sup> e seu conceito de recorte, segundo o qual pode ser entendido como “um fragmento do acontecimento da enunciação”, então, a partir desses fragmentos, recortes, faremos uma análise da escrita dos TCCs.

A pesquisa está delineada também como pesquisa bibliográfica, pois analisa escrita acadêmica (TCCs) com base em um arcabouço teórico para a análise dos dados levantados no estudo, ou seja, as escritas no gênero TCC monográfico, e, por último, a finalidade da pesquisa pode ser considerada aplicada, pois a ideia é

---

<sup>3</sup> Há uma dissonância entre o ano de publicação do artigo de Guimarães citado neste trabalho e a bibliografia. O fragmento de Guimarães é datado em 2011, mas sua referência é de 2014.

produzir conhecimentos a partir da aplicação do arcabouço teórico ao objeto da análise.

### **Critérios para a seleção dos trabalhos:**

Os trabalhos de conclusão de curso foram selecionados de modo aleatório, na mesma instituição, em áreas do saber diferentes dos cursos de licenciatura, procedimento que, segundo nosso entendimento, possibilita um distanciamento maior entre o pesquisador e o objeto da análise.

Adotamos um critério relacionado ao ano de publicação dos TCCs que deveriam ter sido publicados entre os anos de 2019 a 2022. A ideia era a de escolher TCCs que, pelo distanciamento do tempo, já estariam disponibilizados digitalmente pelo sistema de bibliotecas da instituição.

A análise de in/adequações nas monografias parte de dois critérios de textualidade, a coesão e a coerência; a eles somam-se a Gramática Normativa e aspectos da Teoria da Enunciação.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Fazemos a análise dos trabalhos acadêmicos em conformidade com o arcabouço teórico revisado, unindo, desta forma, diversos conhecimentos na área da Linguística Textual, Teoria da Enunciação e Gramática Normativa.

Buscamos traçar um percurso trazendo as teorias que dão base à análise e investigando os trabalhos a partir dessas perspectivas, apontando para as in/adequações conforme aparecem nos textos e formulando, quando possível, alternativas que possam ser aplicadas em outras situações de ensino ou de pesquisa. Para a discussão dos resultados foi feita a análise das in/adequações mais notáveis.

Faz-se necessário pontuar que os trabalhos acadêmicos selecionados já foram aprovados; colaboram com este estudo porque servem como objeto e, nesses limites, o objetivo não é julgar, mas analisar procedimentos de escrita, ou seja, analisar escolhas textuais próprias para a escrita acadêmica.

Os trabalhos escolhidos são de diferentes áreas do saber para não condicionar a leitura com especificidades próprias de uma única área e, assim, colaborar com o trabalho deste pesquisador. Foram selecionados TCCs de Engenharia Agrônoma (2022), Engenharia Elétrica (2022), Administração (2021), Jornalismo (2021) e Enfermagem (2019). Para mantermos o anonimato ao longo deste estudo, optamos por não expor o nome dos autores, numerando cada área do saber de 1 a 5<sup>4</sup>, respectivamente. Sendo assim, apresentamos adequações e inadequações consideradas frequentes e/ou notáveis.

Cabe ressaltar, em primeiro lugar, que a análise foi sempre voltada para a escrita, e não para o conteúdo do trabalho, inclusive porque este pesquisador não teria condições para isso, ainda mais sem esclarecimentos que os autores poderiam prover se a leitura e revisão tivesse sido feita durante a escrita do TCC, portanto o escopo deste estudo se atém a analisar a escrita acadêmica materializada no texto.

Utilizando os princípios teóricos extraídos de Antunes (2009) quanto às técnicas de coesão e coerência, serão extraídos fragmentos dos TCCs e a análise será feita com base em três perspectivas, sendo elas: a análise gramatical,

---

<sup>4</sup> De agora em diante, os TCCs serão identificados por “áreas” nas citações.

observando a norma; a análise textual, levando em conta basicamente dois critérios de textualidade (coesão e coerência) e a enunciação, o texto enquanto discurso.

Antes de entrarmos na caracterização da coesão textual feita por Antunes (2009), precisamos, novamente, deixar claro alguns princípios da coerência textual que, como vimos, relaciona-se com a coesão, agindo consoante a esta. A coerência, como bem explica Costa Val, resulta:

[...] da configuração que assumem os conceitos e relações subjacentes à superfície textual. É considerada o fator fundamental da textualidade, porque é responsável pelo sentido do texto. Envolve não só aspectos lógicos e semânticos, mas também cognitivos, na medida em que depende do *partilhar* de conhecimentos entre os interlocutores (COSTA VAL, 2012, p. 5).

A coerência depende, portanto, do partilhar de conhecimentos, Marcuschi alinha-se a ideia semelhante ao afirmar que:

A coerência é, sobretudo, uma relação de sentido que se manifesta entre os enunciados, em geral de maneira global e não localizada. Na verdade, a coerência providencia a continuidade de sentido no texto e a ligação dos próprios tópicos discursivos. Não é observável como fenômeno empírico, mas se dá por razões conceituais, cognitivas, pragmáticas e outras (MARCUSCHI, 2008, p. 121).

Desse modo, é importante dizer que a coerência é resultado não só de um partilhar de conhecimentos atribuídos ao locutor e ao interlocutor, mas também da ligação entre os tópicos discursivos, de outra forma, o texto seria apenas um amontoado de palavras desconexas.

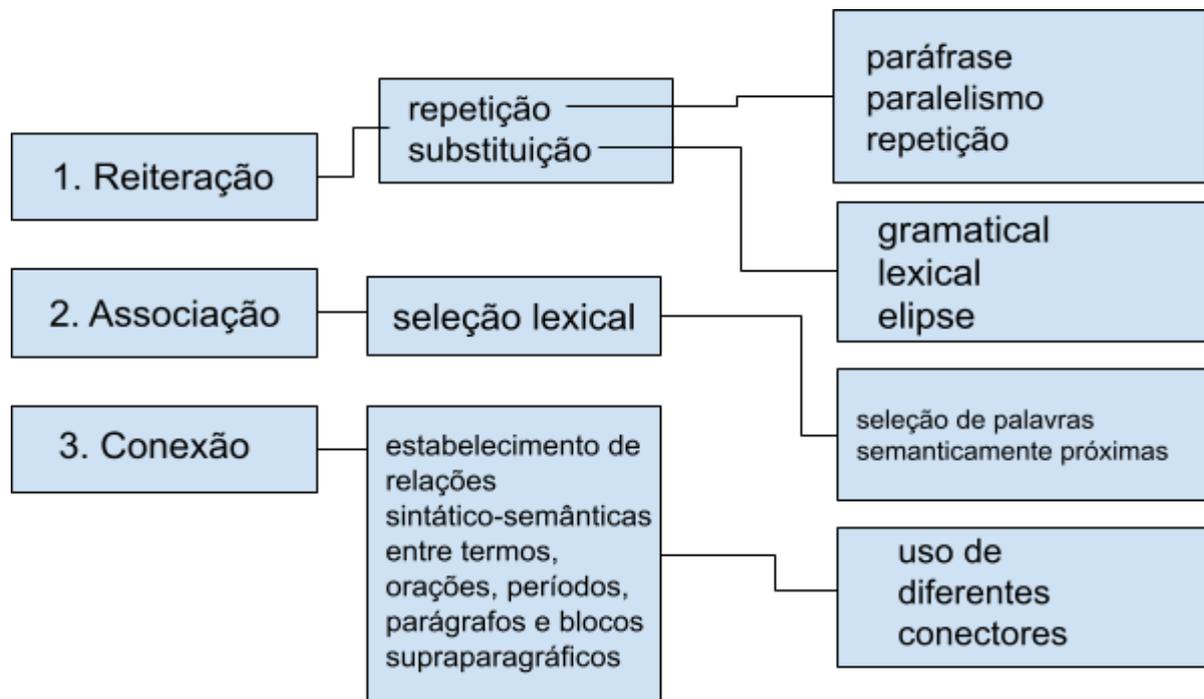
Retomada a observação sobre a coerência, partimos para a coesão textual. Antunes (2009) a separa em reiteração, associação e conexão. A reiteração é dividida em repetição, materializada nos enunciados por paráfrase, paralelismo e repetição propriamente dita. A substituição, por sua vez, pode ser gramatical, lexical ou por elipse. Já a associação, segundo campo da coesão, é feita por palavras semanticamente próximas, tais como, antônimas e relações como as de “parte/todo”. A conexão, último campo da coesão previsto pela autora, manifesta-se pelo estabelecimento de relações sintático-semânticas entre termos, orações, períodos, parágrafos e blocos supraparagrafícos. Essas relações são feitas por diferentes

conectores, quais sejam, preposições, conjunções, advérbios e respectivas locuções.

Servindo-se dessas relações de coesão explicadas por Antunes (2009), começamos a análise das in/adequações presentes nos TCCs. A ideia, inicialmente, é identificar procedimentos coesivos que aparecem regularmente nos trabalhos acadêmicos, detectando recursos que compõem a coesão dos trabalhos coletados.

Para apresentar as relações textuais previstas por Antunes (2009), compomos o quadro abaixo, baseado nas ideias da autora:

Quadro 1 – Relações textuais



Fonte: ANTUNES (2009, p. 51)

Depois dessa retomada teórica e esquematização, começamos pela paráfrase. Antunes assim a define:

A paráfrase acontece sempre que recorremos ao procedimento de *voltar a dizer o que já foi dito antes*, porém, com outras palavras, como se quiséssemos traduzir o enunciado, ou explicá-lo melhor, para deixar o conteúdo mais transparente, sem perder, no entanto, sua originalidade conceitual. A paráfrase é, portanto, uma operação de reformulação, de dizer o mesmo de outro jeito (ANTUNES, 2009, p. 62).

Vemos, abaixo, um exemplo adequado de paráfrase feita no TCC da área 1:

*“Para entender como a manutenção se desenvolveu com o passar do tempo, é de suma importância conhecer a história desde o início. Segundo Branco Filho (2008), antes da revolução industrial, o processo de produção era manufatureiro, ou seja, a produção era manual e o trabalhador realizava seu trabalho por meio de sua capacidade artesanal, através de uma pequena produção que passava de pai para filho”.<sup>5</sup>*

(Área 1, p. 8)

A construção “ou seja”, citada no texto acima, traduz bem o intuito de “dizer o que já foi dito”, retomando a mesma ideia e pondo-a em outras palavras, no entanto, vemos um uso inadequado em um TCC da área 2:

*“No caso de transformadores, vemos que sua aplicação ainda é limitada a pequenos níveis de tensão e corrente, isto é, devido a diversos fatores como, preço dos supercondutores e de ainda não termos um modelo convencional de transformadores supercondutores, por conseguinte diversas aplicações possuem diversos tipos diferentes possíveis de projeto.”*

(Área 2, p. 57)

No exemplo supracitado, vemos que o uso do conector “isto é” está inadequado ao segmento em que foi inserido. É possível dizer que, conforme a norma padrão, o conector “isto é” junto da vírgula estaria equivocado, pois não explica o que já foi mencionado, havendo quebra de um sentido esperado. É possível apontar, por outra leitura, que a inadequação é somente de pontuação ou digitação.

Além disso, também notamos o uso inadequado da locução conjuntiva “por conseguinte” que não expressa uma relação de conclusão ou consequência, e há a repetição das palavras “diversos/diversas” que poderia ser evitada se substituídas por sinônimos, como: “vários” ou “múltiplos”.

Nos trabalhos escolhidos também vemos a relação de paralelismo, que pode ser definida como:

---

<sup>5</sup> Doravante as citações dos trabalhos de conclusão de curso estarão em formato itálico.

[...] um recurso muito ligado à coordenação de segmentos que apresentam valores sintáticos idênticos, o que nos leva a prever que os elementos coordenados entre si apresentem a mesma estrutura gramatical. Ou seja, a *unidades semânticas similares* deve corresponder uma *estrutura gramatical similar* (ANTUNES, 2009, p. 63 - 64).

O paralelismo busca, portanto, alinhar construções de mesma natureza para que não se perca a coesão textual, pois, havendo quebra de paralelismo, há a quebra da fluidez, causando estranhamento no leitor. O paralelismo sintático colabora com a constituição do sentido dos enunciados. Coletamos um uso adequado de paralelismo pela conjunção alternativa “seja, seja”:

*“Com isso, podemos compreender que, a partir do conceito de Pettitt – que é Professor da história da cultura na Universidade do Sul da Dinamarca – sobre gatekeeper, as agências de checagem atuam nesta direção, mas, além de guiar estas atuam de modo a tentar proteger – seja prevenindo, caso a checagem chegueantes a ele, seja remediando, caso ele tenha primeiro contato com a informação errada –”*

(Área 4, p. 30)

Este uso de paralelismo também é estabelecido pelas locuções aditivas “não só, mas também” no enunciado que se segue, ainda que pareça faltar a preposição “de” antes de “empresas”:

*“Através de palestras físicas ou online, a agência busca suprir o treinamento de checagem de fatos não só de pessoas físicas, mas também empresas e instituições de ensino.”*

(Área 4, p. 32)

Outro recurso significativo de coesão é a repetição propriamente dita, a qual, conforme ensina Antunes (2009, p. 70), pode ser definida como “todo e qualquer empenho por fazer reaparecer no texto alguma palavra ou sequência de palavras que já ocorreram anteriormente.”. Vemos um exemplo de uma repetição propriamente dita no trabalho da área 4:

*“No Brasil, o primeiro caso registrado foi em 26 de fevereiro, já a primeira morte ocorreu 19 dias depois. A transmissão do vírus passou a ser comunitária, ou seja, não estava mais sendo possível rastrear de onde as pessoas contaminadas haviam tido contato com o vírus.”*

(Área 4, p.11)

Conseguimos, neste exemplo mencionado acima, apontar um uso adequado de paráfrase com a construção “ou seja” e também apontar o uso da repetição propriamente dita, pois a palavra “vírus” é usada duas vezes sem se tornar viciosa e, pelo uso da paráfrase, deixa o enunciado mais coeso.

Essa repetição é apenas um indício de algo que caracteriza a escrita acadêmica. Essa escrita, por sua própria natureza, tende a repetir termos, conceitos e palavras que são chaves para seu desenvolvimento. Então, se temos um trabalho cujo objeto são, por exemplo, supercondutores, há a repetição desta palavra, bem como a palavra vírus em um trabalho que fale sobre a pandemia de COVID-19. Esta repetição colabora para a coesão do trabalho e, dessa linha de raciocínio, temos a coerência.

Os TCCs, como qualquer texto, são ricos em substituição gramatical. Exemplo disso segue abaixo:

*“O átomo é o elemento fundamental de toda matéria no universo, nele possuímos prótons, nêutrons e elétrons.”*

(Área 2, p. 11)

Neste caso, vemos uma substituição gramatical em que a contração da preposição “em” somada ao pronome “ele” formam a palavra “nele”, que retoma, ou melhor, substitui a palavra “átomo” citada anteriormente, mas antecedida por “em”, o que produz um sentido relativo a “lugar”. “Nele” seguido de “possuímos”, forma verbal cujo sujeito é “nós”, produz uma relação incoerente a respeito de possuidor em oposição ao objeto possuído, uma vez que o enunciado permite a seguinte afirmação: “no átomo, nós temos prótons, nêutrons e elétrons”. Não somos proprietários nem do átomo nem de seus elementos. O átomo é que os possui. Dito de outra forma, prótons, elétrons e nêutrons integram o átomo. O segmento do enunciado “nele possuímos prótons, nêutrons e elétrons” que poderia ser enfático em uma argumentação oral,

feita em aula, por exemplo, na escrita mostra-se incoerente. Assim sendo, podemos dizer que o segmento “nele possuímos” gera uma quebra de senso comum entre locutor e interlocutor, pois supõe-se o entendimento do interlocutor que, apesar de ser feito de átomos, não possui qualquer tipo de posse sobre eles.

De qualquer forma, a substituição gramatical é própria de textos orais ou escritos, porque colabora com a progressão textual. É o que observamos no exemplo a seguir:

*“Os tratores agrícolas são de extrema importância para as atividades produtivas, porém, necessitam de manutenção para seu funcionamento correto por longos períodos.”*

(Área 1, p. 7)

Nesse exemplo vemos o uso adequado da substituição gramatical no momento em que o pronome possessivo “seu” é usado e retoma “tratores agrícolas”.

Da reiteração, temos duas substituições, a gramatical, como vista acima e, em segundo, a substituição lexical, que, como ensina Antunes (2009, p. 96), “promove a ligação entre dois ou mais segmentos textuais”. Nesse ramo, a autora prevê a substituição de uma palavra no lugar da outra sem que se perca o sentido pretendido. Um exemplo de substituição lexical pode ser visto no enunciado a seguir, da área 4:

*“Para se referir à Constituição Francesa de 1791, que já indicava a preocupação com a má utilização da liberdade de expressão, documento este que estava ligado diretamente a dois importantes eventos que configuram [...]”*

(Área 4, p. 14 - 15)

A expressão “Constituição Francesa de 1791” é substituída no segmento posterior por um hiperônimo, neste caso, “documento este”, dando coesão ao enunciado.

Por fim, ainda pertencente ao campo da reiteração, temos a retomada por elipse, que é dada por uma omissão ou ocultamento de um termo, ela é um recurso

coesivo importante para a união de enunciados que se faz pela economia de palavras. Uma sequência simples, feita pela elipse do nome seguido da preposição se mostra no exemplo:

*“Quando falamos no uso de transformadores na área de Engenharia Elétrica, buscamos por 4 otimizações: Custo, Perda, Peso e Volume.”*

(Área 2, p. 21)

O exemplo nos traz uma omissão, caracterizando a elipse do nome seguido da preposição, ou seja, se não houvesse a elipse, o fragmento poderia ficar assim: “buscamos por 4 otimizações: otimização de custo, otimização de perda, otimização de peso e otimização de volume”. Nota-se, assim, que o recurso da elipse representa uma economia na língua. Não precisamos repetir o que compreendemos tacitamente. Os enunciados mantêm as relações apesar do apagamento de termos já citados que são desnecessários para a produção de sentido.

Partimos agora para o segundo campo de relações textuais, nomeado associação, cujo procedimento previsto é o da seleção lexical. Os TCCs selecionados apresentam a proximidade semântica das palavras, este recurso não é, claramente, exclusivo aos trabalhos acadêmicos, mas sim elemento de qualquer texto minimamente coeso e coerente. Melhor dizendo, as palavras em um texto não aparecem simplesmente por aparecer, elas unem-se formando um elo sintático-semântico responsável pela produção de sentido em uma enunciação específica. Do contrário, um texto (acadêmico ou não) seria um amontoado de palavras desconexas e sem objetivos. Explicam Vieira e Faraco:

[...] nenhuma palavra está avulsa num texto. Além disso, havendo uma palavra central, outras palavras e expressões, provenientes de diferentes domínios discursivos e eixos temáticos, a ela se vinculam pelos sentidos deflagrados (VIEIRA; FARACO, 2019, p. 117).

Exemplo de seleção lexical que estabelece o que Antunes chama de “relações de parte/todo” é o que temos a seguir:

*“Segundo Herman e Chomsky (2002), citado por Ferreira (2018), e já conceitualmente apresentados por Traquina (2002) o fato de figuras públicas construírem narrativas – que nem sempre são verdadeiras – ocorre para que haja*

*uma manutenção do poder, garantindo aos mesmos que mantenham a capacidade de influenciar na conquista de seus poderes políticos e econômicos.”*

(Área 4, p. 24)

Quando o texto utiliza “Segundo Herman e Chomsky” e, logo a seguir, “citado por Ferreira (2018)” e ainda “apresentados por Traquina (2002)”, há uma seleção lexical específica, qual seja, em vez de nomear as obras dos autores, indica-se o ano de publicação delas cujas referências completas constituem a parte intitulada “referências bibliográficas”, na escrita acadêmica. O leitor deve se reportar a elas se quiser saber a que obra o autor e o ano se referem. Há aqui a relação parte, indicada pelo ano de publicação; relacionada ao todo, indicado pelo nome do autor da obra. Há, no entanto, uma inadequação dada pela construção “aos mesmos” sendo usada como pronome pessoal (eles).

Pela associação semântica entre as palavras, formam-se, portanto, laços de sentido que guiam o leitor a um fim. No caso do TCC monográfico, a escrita gira em torno de um objeto de estudo e guia o leitor, paulatinamente, ao resultado dos estudos e das análises feitas.

O recurso coesivo da conexão, último campo do quadro adaptado de Antunes (2009), se dá por conjunções, preposições e suas respectivas locuções e, por vezes, por advérbios e locuções adverbiais.

Vale mencionar que a conexão é imprescindível em qualquer texto, circulando ele em espaço acadêmico ou não. Não existem relações entre palavras, enunciados e parágrafos sem a conexão, ou melhor, sem as preposições, conjunções e suas locuções, ou sem alguns advérbios que exercem o papel de conectores, como bem nos ensina Antunes (2009).

Assim sendo, há diversos exemplos dessa natureza. Antunes (2009) prevê relações de causalidade, com conectores como: porque, uma vez que, visto que; de condicionalidade: se, caso, desde que, contanto que; de temporalidade: quando, enquanto, antes que, depois que; de finalidade: para que, a fim de que; de alternância: ou (exclusivo/inclusivo); de conformidade: conforme, consoante, segundo; de complementação: que, se, como; de delimitação/restrrição: indicada pelos pronomes relativos; de adição: e, ainda, também, nem; de oposição: mas, porém, contudo, entretanto; de justificação/explicação: isto é, quer dizer, ou seja, pois; de conclusão:

logo, portanto, por conseguinte; de comparação: expressada por “como”, “mais do que”, “menos do que” e “tanto...quanto”.

Para representar essa diversidade, destacamos um exemplo de cada TCC estudado, uma vez que seria impossível recuperá-los na totalidade.

Do TCC da área 5, destacamos o exemplo abaixo que usa a relação de conclusão e, sutilmente, a relação de delimitação/restrrição.

*“Os profissionais de saúde, envolvidos na assistência a estes usuários devem, portanto, possuir habilidades para intervir de forma adequada diante das demandas com o paciente e sua família.”.*

(Área 5, p.18)

No exemplo acima, vemos o uso adequado do conector conclusivo “portanto”, que liga o segmento “possuir habilidades” com o segmento “os profissionais da saúde envolvidos na assistência a estes usuários”. Notamos, também, que nesse enunciado há uma relação de restrição/delimitação, expressa por “envolvidos na assistência a estes usuários”. A ideia parece ser a de que não é qualquer profissional da área de saúde que deve possuir as habilidades mencionadas, mas sim aqueles que estão envolvidos na assistência. É possível dizer também que falta pontuação, vírgula nesse caso, no final desse enunciado que vem intercalado.

No exemplo a seguir, representativo da área 4, temos a relação de justificção/explicação, a relação de complementação e a relação de restrição/delimitação:

*“A Lupa explica que se utiliza da segmentação de suas publicações, ou seja, deixa que o algoritmo das redes sociais identifique, dentro de seus seguidores, quais possuem potencial para consumir aquela publicação, impulsionando mais publicações sobre um determinado tema para cada seguidor”.*

(Área 4, p. 26)

Primeiramente, temos complementação no fragmento “que se utiliza da segmentação de suas publicações” que complementa o sentido da forma verbal “explica”. Logo depois, vem a relação de justificção/explicação introduzida por “ou seja” e seguida por “deixa que o algoritmo das redes sociais identifique”. Depois

temos, novamente, outro enunciado que estabelece relação de complementação, qual seja, “quais possuem potencial para consumir aquela publicação” que complementa a forma verbal “identifique”. Destacamos ainda a relação de finalidade expressa por “impulsionando mais publicações sobre um determinado tema para cada seguidor”.

O enunciado abaixo, da área 3, possui exemplo de conector opositivo, aditivo e de finalidade:

*“Mesmo com a rotina de trabalho fora do ambiente doméstico, as tarefas destes não deixaram de ser sua responsabilidade, e diversas vezes a conciliação de ambas tarefas acabam por gerar atritos com seus cônjuges evoluindo para diversas situações de violência dentro do seio familiar”.*

(Área 3, p. 7)

O enunciado acima contém um conector “mesmo com” que estabelece uma relação de oposição, pois o segmento “mesmo com a rotina fora do ambiente doméstico” sugere uma oposição ao segmento “as tarefas destes não deixaram de ser sua responsabilidade”.<sup>6</sup> O conector aditivo, sinalizado por “e”, é visto no segmento “e diversas vezes a conciliação de ambas tarefas acabam por gerar atritos com seus cônjuges”, por último, destacamos a relação de restrição/delimitação no segmento “evoluindo para diversas situações de violência dentro do seio familiar”.

No trabalho coletado da área 2, temos exemplos de conectores que estabelecem relações de conclusão e de proporção:

*“Portanto, o melhor projeto é de um supercondutor de alta temperatura a 4K produz a melhor densidade de fluxo magnético, conforme a temperatura aumenta, o gerador tem que aumentar de tamanho e de peso devido ao aumento do entreferro no estator”.*

(Área 2, p. 50)

---

<sup>6</sup> Acreditamos que a contração “destes” esteja flexionada inadequadamente em número.

O enunciado acima nos traz a relação de conclusão, sinalizada pelo conector “portanto” logo ao início, apresentando uma conclusão aos parágrafos que foram escritos anteriormente. Logo após, vemos uma relação de proporcionalidade, que Antunes (2009) entende estar situada no tempo. Trata-se de relação de temporalidade. Essa relação está sinalizada pelo conector “conforme”, unindo os segmentos de proporção, se “a temperatura aumenta” o “gerador tem que aumentar de tamanho e peso devido ao aumento de entreferro no estator”. Destacamos, no entanto, um estranhamento causado, ao que parece, pela ausência de um pronome “que”, que estabelecería uma relação de restrição/delimitação.

O último exemplo, extraído da área 1, nos mostra alguns conectores, quais sejam: indicativos de relações de temporalidade e de adição:

*“Quando realizada no período certo e de forma correta, essa manutenção garante uma melhor eficiência operacional”.*

(Área 1, p. 21)

O enunciado acima possui o conector “quando”, denotando a temporalidade no segmento, após ele, notamos o conector de adição, sinalizado pela expressão “e”.

Ao início dos estudos, comprometemo-nos a analisar a escrita acadêmica materializada na forma de TCCs monográficos pela perspectiva da Gramática Normativa, pois, diferentemente da Linguística Textual, a gramática normativa trabalha com o “certo e errado” na língua. É mais estrutural, voltada notadamente para a sintaxe da frase. A Linguística Textual, como o próprio nome diz, é mais ampla, tem como objeto o texto.

Este estudo materializa um embate entre Gramática Normativa e Linguística Textual. Inicialmente parece não ser possível revisar um TCC sem a norma, a regra. Mas quando começamos a análise tomamos os procedimentos e recursos propostos pela Linguística Textual, via Antunes (2009), como parâmetro. Eventualmente comparamos esses dois aportes. Na Gramática Normativa proliferam as classificações extensas e complexas. Na Linguística Textual – conduzida por Antunes (2009) – há tendência à simplificação e ao apagamento de nomenclaturas que podem ser incoerentes. Exemplo disso são as orações subordinadas temporais e proporcionais que, na Linguística Textual, são

representativas de relações de temporalidade, uma vez que o sentido de ambas coincide. Outro exemplo são as subordinadas adjetivas restritivas e/ou explicativas da gramática tradicional que, sob a ótica de Antunes (2009), estabelecem relações de restrição/delimitação. Ainda, temos as subordinadas causais e consecutivas que, sob a ótica mais descomplicada dessa Linguística Textual, estabelecem relações de causalidade. Destacamos, por fim, as relações de justificação ou explicação que, a partir da visão dessa linguística, relaciona pela semelhança as coordenadas explicativas, introduzidas por conectores como “pois” ou “porque”, às chamadas expressões de situação, tais como, “isto é”, “ou seja”, “a saber”, “quer dizer”, dentre outras. É possível notar, portanto, que a Linguística Textual preocupa-se mais com o uso do que com a forma e une, quando há a possibilidade, classificações que podem facilitar a compreensão da descrição da língua, dando conta de aspectos equivalentes aos que a Gramática Normativa dá.

A Gramática Normativa, como bem sugere seu nome, organiza-se em torno de normas, ou seja, de regras padronizadas e calcificadas há algum tempo, que dão pouca margem para mudanças. A norma, como ensina Bechara, contém

[...] tudo o que na língua não é funcional, mas que é tradicional, comum e constante, ou, em outras palavras, tudo o que se diz “assim, e não de outra maneira”. É o plano de estruturação do saber idiomático que está mais próximo das realizações concretas. O sistema e a norma de uma língua funcional refletem a sua estrutura (BECHARA, 2019, p. 46).

Bechara nos ensina que o sistema e a norma estão para a gramática, tanto quanto o saber idiomático, por estar mais próximo das realizações concretas, está para a Linguística Textual. Enquanto a gramática se ocupa da estrutura, a Linguística Textual se ocupa dos usos. Ocupa-se precisamente com os gêneros textuais e com o modo como os enunciados funcionam entre si.

Sendo a Linguística Textual mais voltada aos usos, inegavelmente se tem mais facilidade em trabalhar com os sentidos que um enunciado pode ter. Enquanto a Gramática Normativa privilegia o estudo entre orações ou sentenças ideais, a Linguística Textual estuda a “oração” tal como é usada; um enunciado, portanto, que pode ser organizado em torno do nome, exclusivamente, o que seria desconsiderado para a análise sintática externa tradicional. Sob a perspectiva textual, estudamos relações entre palavras, entre enunciados, entre parágrafos e, mesmo, entre o texto

e o que está fora dele, uma das formas de compreender a coerência.

Ao longo deste estudo, muitas foram as vezes em que a Gramática Normativa não prestou apoio direto, mas sim indireto, principalmente às reflexões sobre a pontuação de alguns segmentos. A pontuação, como comumente aprendemos, está arraigada à estrutura, mais precisamente à sintaxe; portanto, torna-se mais fácil a obtenção de uma análise pela Gramática Normativa quando há uma inadequação dessa natureza, bem como algumas questões ligadas à morfologia e à fonética/fonologia, como a acentuação, por exemplo. Traça-se, assim, um paralelo entre a norma e o uso, pois cabe à Linguística Textual analisar o sentido depreendido de um enunciado, e a Gramática Normativa, por sua vez, presta suporte àquilo que cabe à estrutura do enunciado.

Durante as análises destacamos também a associação lexical que, conforme Antunes (2009) ensina, pode se manifestar pela relação parte/todo. Nos TCCs identificamos essa relação quando os autores citam aqueles que fundamentam seu trabalho em casos como “Segundo Herman e Chomsky (2002), citado por Ferreira (2018), e já conceitualmente apresentados por Traquina (2002)”. E o que seria esse recurso – essencial à escrita acadêmica – se não a metonímia, prevista na parte comumente chamada de estilística, prevista pela gramática?

Ao argumentarmos que a relação parte/todo – ou metonímia – é essencial para a escrita acadêmica, uma vez que o conhecimento novo se assenta no que já havia, destacamos o papel da fundamentação teórica dos estudos anteriores ao atual. Estamos evidenciando o papel de uma das principais características do TCC monográfico, a citação direta ou indireta de estudiosos. Estamos, portanto, evidenciando essa característica do gênero. Passamos a considerar a enunciação, o TCC como um acontecimento situado de linguagem. A Teoria da Enunciação desenvolve essa ideia. Bakhtin ensina que:

[...] o discurso de outrem constitui mais do que o tema do discurso; ele pode entrar no discurso e na sua construção sintática, por assim dizer, “em pessoa”, como uma unidade integral da construção. Assim, o discurso citado conserva sua autonomia estrutural e semântica sem nem por isso alterar a trama linguística do contexto que o integrou. (BAKHTIN, 2006, p. 147).

Extrai-se desse ensinamento, alinhado à escrita acadêmica, que o discurso de outrem, ou seja, a citação direta ou indireta é parte integrante da construção do enunciado. O teórico ainda salienta que:

[...] a enunciação citada tratada apenas como um tema do discurso, só pode ser caracterizada superficialmente. Para penetrar completamente no seu conteúdo, é indispensável integrá-lo na construção do discurso. Se nos limitarmos ao tratamento do discurso citado em termos temáticos, poderemos responder às questões “*Como*” e “*De que* falava Fulano?”, mas “*O que* dizia ele?” só pode ser descoberto através da transmissão das suas palavras, mesmo que só sob forma de discurso indireto (BAKHTIN, 2006, p. 147).

Assim, é possível dizer que tanto o discurso direto quanto o indireto são partes necessárias para o desenvolvimento de uma escrita acadêmica. Sabemos que o discurso alheio é essencial, mas e quanto à autoria? O que dizer da locução dos TCCs? Nos cinco trabalhos estudados, enquanto enunciação, temos o predomínio marcante da terceira pessoa do singular e do plural em três áreas, sendo elas a área 1 (Engenharia Agrônoma), área 3 (Administração) e a área 5 (Enfermagem) e o predomínio da primeira do plural na área 2 (Engenharia Elétrica) e na área 4 (Jornalismo).

É necessário apontar para a regularidade da terceira pessoa, pois a escrita acadêmica versa sobre um tema específico e torna-se, portanto, impossível não utilizar a terceira pessoa para se referir ao tema proposto. Ainda assim, quando analisamos a autoria, o sujeito da locução, as pessoas do discurso, percebemos que a primeira pessoa do plural busca pessoalizar um estudo, busca uma forma de interação usando o “nós”, tanto para referir-se a si mesmo, tanto para aos que se alinham teoricamente a ele e ao leitor, que também está representado quando esta escolha é feita. Já quando o objeto é o tema que está sendo desenvolvido, a escrita se organiza em torno da 3ª pessoa. Exemplo de terceira pessoa do discurso se extrai da área 5:

*“Foram incluídos na pesquisa, inicialmente, artigos originais disponíveis on line na íntegra em português que contemplassem a temática e respondessem à pergunta de pesquisa.”*

(Área 5, p. 8)

A escolha da locução verbal “foram incluídos”, indicativa da voz passiva, somada à omissão do agente da ação que, nesse caso, seria o autor, impessoaliza o enunciado, visto que, conforme a Gramática Normativa, trata-se de uma voz passiva. Caso a escrita fosse transformada em voz ativa, pessoalizaria o enunciado, ficando implícita a primeira pessoa do plural, o enunciado, portanto, ficaria assim: “incluímos na pesquisa, inicialmente, artigos originais...”.

Nos TCCs estudados, vimos bastante flexibilidade nessas pessoas do discurso, alguns verbos que denotam o uso da primeira pessoa do plural, coletados dos trabalhos que fizeram uso desta pessoa, são: “vemos”, “tocamos”, “podemos”, “faremos”, “sabemos” entre outros, e, quanto à terceira pessoa do singular e/ou do plural, temos os verbos: “afirma-se”, “trata-se”, “foram incluídos”, “houve”, “observa-se”, entre outros.

Na ótica da Linguística Textual, o TCC monográfico, envolve, como qualquer texto, um leque mais amplo de critérios de textualidade, mas, apesar de termos destacado inicialmente coesão e coerência, incluímos outro, a intertextualidade que, de modo inequívoco, integra essa escrita.

Segundo Marcuschi *apud* Koch (2008, p. 131), “um discurso remete a outro e tudo se dá como se o que se tem a dizer trouxesse pelo menos em parte um já dito”; sendo assim, é cabível dizer que nenhum texto surge sem que outro antecessor tenha dado margem ao atual, todo texto é, portanto, um compilado de outros textos já escritos, citados direta ou indiretamente. A escrita acadêmica materializada na forma de um TCC monográfico traz, inerentemente, citações diretas e indiretas dos autores que dão origem aos seus temas, carregando diversas informações e explicações que desenvolvem o estudo atual e que irão ajudar o leitor a se engajar no texto. Marcuschi (2008, p.131) aponta para a ideia de que “a intertextualidade colabora com a coerência textual. É hoje estudada detidamente porque tem importância fundamental ao relacionar discursos entre si”. Retomando a ideia de que a coerência depende de conhecimentos não só lógicos e semânticos, mas também cognitivos, faz-se fundamental que as citações, uma das formas de expressão da intertextualidade, estejam presentes no TCC monográfico com o intuito de partilhar o conhecimento trazido dos autores, mantendo-se, assim, coerente.

É importante frisar que algumas inadequações podem atrapalhar o enunciado pretendido, desviando o foco e o objetivo que se pretendia alcançar, faz-se necessário, desta forma, um cuidado com os enunciados e a forma de escrevê-los, atentando-se a não cometer inadequações. Entendemos, também, que trabalhos acadêmicos possuem um grau elevado de formalidade, e, por vezes, palavras de difícil entendimento, ainda assim, o cuidado com o enunciado é imprescindível para que o objetivo seja alcançado. Em melhores palavras: para a compreensão daquilo que foi escrito, é necessária a coesão e a coerência, dentro das normas vigentes para que, assim, seja facilitada a circulação pelo meio pretendido, qual seja, o meio acadêmico.

Dialogando então com a Linguística Textual e com a gramática, retomamos a enunciação que, tal como prevista por Bakhtin (2006), pensa a linguagem enquanto acontecimento, e o significado como algo produzido pelo enunciado, diferenciando-se da Gramática Normativa que se ocupa da palavra e da frase. Para Bakhtin:

[...] as categorias morfológicas só têm sentido no interior da enunciação; elas deixam de ser úteis quando se trata de definir o todo. O mesmo se dá com as categorias sintáticas, por exemplo a oração: a categoria oração é meramente uma definição da oração como uma unidade dentro de uma enunciação, mas de nenhuma maneira como entidade global (BAKHTIN, 2006, p. 142).

Para o autor, morfologia e sintaxe significam no interior da enunciação, não recortadas dela. Ao englobarmos as três perspectivas de análise e estudarmos aspectos dos cinco TCCs selecionados, entendemos que há regularidades típicas deste gênero de enunciação, tais como, intertextualidade, a citação direta e indireta; procedimentos de coesão e coerência; grau de formalidade e questões ligadas à locução que apontam para representações específicas do discurso da ciência.

Quanto às inadequações, é possível vermos a necessidade de desenvolvimentos relacionados à coesão, como os fragmentos bem demonstram, a questões mais formais, nesse caso, as inadequações no que se refere à pontuação são bons exemplos. Como pensamos a coerência de modo mais global, relacionamo-la a questões como intertextualidade, modos de citação do discurso alheio e locução, as marcas que apontam para a autoria, e, nesse caso, destacamos problemas mais pontuais de coesão do que de coerência, pois a coerência parece se desenvolver melhor ao longo da escrita por estar mais diretamente ligada ao objeto de estudo.

As in/adequações analisadas nos TCCs indicam a necessidade de estudo dessas questões durante a formação acadêmica. Nessa direção, seriam muito bem-vindos componentes, cursos de extensão e oficinas mais frequentes de escrita. Os gêneros, alinhados à escrita acadêmica, seriam mais bem compreendidos e aceitos, gerando, supostamente, bons resultados e um contato mais familiar com essa esfera de comunicação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São diversos os fatores que fazem a escrita acadêmica, materializada na forma de um TCC monográfico, ser, por vezes, dificultosa, podendo ser a pouca familiaridade um deles.

Temos, com o decorrer dos anos na academia, algum contato com este gênero discursivo, mas só nos vemos escrevendo e participando ativamente no desenvolvimento desta escrita quando estamos na reta final da graduação, ou, em raros casos, em que o aluno começa o desenvolvimento de seu TCC com muita antecedência. Sendo assim, com base nos critérios de textualidade vistos, bem como na Gramática Normativa e na Teoria da Enunciação, poder-se-ia, como sugestão, inserir componentes e oficinas nos cursos de graduação para o aperfeiçoamento da escrita acadêmica, ou, ainda, um contato mais próximo com este gênero mediante a cursos de extensão e grupos de pesquisa, tal como o Centro de Escrita da Unipampa (CEU).

Vimos, neste estudo, um recorte da produção intelectual da universidade, as qualidades da escrita e aspectos que podem ser melhorados. Observamos inadequações, mas na maior parte da escrita, a maestria dos autores. A autoria permite a ambiguidade, permite, pelo cacófono, agregar sentidos, como acontece com título de um dos TCCs estudados, **O papel das agências de checagem frente à desinformação**. A “desinformação” designa uma epidemia de desinformação. Mas o que mais pode significar? Esses recursos que aparentemente são usados de forma irrefletida representam um conhecimento sobre os usos da língua. Em contrapartida, também foram observadas algumas inadequações e incoerências em alguns trabalhos coletados, reforçando a ideia de que uma leitura cuidadosa, a reescrita e algum conhecimento sobre o gênero textual seriam de suma importância para o desenvolvimento do trabalho e, também, para a minimização de inadequações.

É necessário frisar que as inadequações são pontuais e não representam a escrita como um todo, são casos isolados e particulares, mas o incentivo de ações promovidas por projetos de extensão, oficinas e componentes curriculares voltados para a escrita, facilitaria o quadro geral e individual.

Seria benéfico aos cursos a aproximação do aluno, de forma sistemática, à escrita acadêmica, principalmente do gênero TCC ao graduando, pois acreditamos que não só a familiarização com o gênero, mas o incentivo à escrita e à reflexão

sobre as características do gênero trariam bons resultados desde o início do curso. Sabemos que há, muitas vezes, indisponibilidade de aperfeiçoamento da escrita devido à matriz curricular repleta de componentes voltados às diferentes áreas do curso, além do próprio tempo para a finalização do TCC. Se essa for a situação, talvez fossem viáveis oficinas, ações promovidas por projetos de ensino, pesquisa e extensão, que aproximassem o aluno das regras e das características dos TCCs monográficos.

Cabe, ao professor orientador, não só uma análise temática, ou seja, do conteúdo da escrita, mas também uma análise criteriosa sob o ponto de vista da língua, visto que o meio de circulação e seu leitor presumido atentam-se, normalmente, a um grau mais formal de escrita.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Lutar com Palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 39. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019
- CECHIN, Caroline da Rosa. **Evidências científicas sobre amputação de membros inferiores em pessoas com diabetes mellitus**. 2019. 26 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Universidade Federal do Pampa, Uruguaiana. 2019.
- COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Espaço de enunciação, Cena enunciativa, Designação**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MENDONÇA, Lucas Carvalho Feijó de. **O papel das agências de checagem frente à desinfodemia**. 2021. 45 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal do Pampa, São Borja. 2021.
- NUNES, Bruna Lutiele Da Silva. **Violência doméstica, o mercado de trabalho e a influência econômica**. 2021. 20 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento. 2021.
- PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.
- RACHOR, Ivan Matheus. **Supercondutores aplicados a engenharia**. 2022. 59 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal do Pampa, Alegrete, 2022.

TEIXEIRA, Cláudia de Souza. Ensino de gramática e análise linguística. ECOS, [s./l.] v.11, n.2, 2011. Disponível em: [http://www.unemat.br/revistas/ecos/docs/v\\_11/163\\_pag\\_revista\\_Ecos\\_V-11\\_N-02\\_A-2011.pdf](http://www.unemat.br/revistas/ecos/docs/v_11/163_pag_revista_Ecos_V-11_N-02_A-2011.pdf). Acesso em: 25 set. 2023.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na Universidade**: texto e discurso. São Paulo: Parábola, 2019.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na Universidade**: fundamentos. São Paulo: Parábola, 2019.

WOHLFAHRT, Augusto Bicca. **Manutenção preventiva de tratores agrícolas: uma revisão bibliográfica**. 2022. 23 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Agrônoma) - Universidade Federal do Pampa, Itaqui, 2022.